



Caderno de Subsídios



PRAIA GRANDE - SP | 07 A 10 DE OUTUBRO 2019

SINDICATOS FORTES, DIREITOS, SOBERANIA E DEMOCRACIA







Companheiros/as

O Caderno de Subsídios foi elaborado para estimular o debate no Sindicato, nos Ramos e Estaduais dos temas que preocupam e desafiam a CUT ao organizar o 13º CONCURT. O congresso será realizado num momento em que as transformações em curso no mundo do trabalho e na sociedade brasileira demandam da Central a atualização do seu projeto político-organizativo.

Vivemos um momento extremamente adverso, de implementação de políticas neoliberais que visam o desmonte das políticas de proteção social, a retirada de direitos e o enfraquecimento do movimento sindical. Diante deste cenário e de um governo extremamente hostil aos sindicatos, o 13º Concut deverá aprovar um plano de lutas que unifique a classe trabalhadora para resistir aos ataques que vem sofrendo, acumulando forças para derrotar o governo Bolsonaro, a começar pela reforma da previdência. A campanha Lula Livre soma-se a esse processo, definindo as ações estratégicas da classe trabalhadora no atual cenário político em defesa da democracia e da soberania nacional.

Por simbolizar nossas lutas no presente, homenageamos o ex-presidente dando ao 13º Concut o nome de Congresso Lula livre.

Devemos ainda levar em conta que as inovações tecnológicas que vem sendo geradas numa velocidade surpreendente, impactando o trabalho e o emprego, gerando uma nova composição da classe trabalhadora, tornando-a mais diversa e, num certo sentido, mais difícil de ser organizada (trabalhadores que operam à distância, sem local de trabalho definido; trabalhadores que integram-se de forma descontínua ao processo de trabalho, os intermitentes; trabalhadores terceirizados).



APRESENTAÇÃO

Assim, a segunda grande tarefa do próximo congresso será debater esse quadro e aprovar medidas que fortaleçam os sindicatos, dêem maior racionalidade e eficiência à estrutura horizontal e vertical da CUT.

Não podemos realizar uma tarefa desta envergadura, sem a participação ampla e efetiva dos trabalhadores/as que são nossa razão de ser. Queremos ouvir como as mudanças estão atingindo os sindicatos e quais são as propostas que vocês apresentam para fortalecer o movimento sindical CUTista. Esta é a primeira fase do congresso, que vai de maio a junho. Realizaremos, neste período, um ciclo de debates sobre os temas considerados estratégicos para a CUT. Os resultados deste debate e reflexão serão levados em conta, assim como as propostas enviadas pelas entidades CUTistas e as contribuições da Conferência Nacional de Formação na elaboração das teses para o Concut que, desta vez, precederá os Cecuts, e será realizado entre os dias 07 e 10 de outubro, na cidade de Praia Grande - SP.

O Caderno está estruturado em três partes. Na primeira, é feita uma breve apresentação dos processos que estão transformando o mundo do trabalho e desafiando os sindicatos a repensarem sua representação (quem representar) e a desenvolverem formas inovadoras de organização e de ação, para além da negociação coletiva. São processos interligados, que determinarão como será o sindicato no futuro. É importante que leiam atentamente e discutam as questões abordadas nesses pequenos textos nas assembleias que escolherão os delegados para o Congresso.

A segunda parte contém pequenos textos elaborados com foco na realidade dos diferentes segmentos de trabalhadores representados pela CUT – Indústria, Serviços, Serviço Público e Rural. Os textos procuram identificar as tendências de mudança em curso na base de cada um desses segmentos.

A terceira parte contém os roteiros de questões a serem debatidas nas assembleias de base, nos encontros dos Ramos e nos debates promovidos pelas Estaduais da CUT que devem aprovar as propostas de organização sindical a serem enviadas à CUT Nacional.

Esperamos o Caderno contribua para uma ampla discussão sobre nosso futuro e para tornar o 13º CONCUR participativo, massivo e democrático.

Coordenação do Congresso





PARTE 1





1.1 A CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E O AUMENTO DA DESIGUALDADE

No Brasil, mais de 12 milhões de trabalhadores estão desempregados e outros 37,3 milhões sobrevivem na informalidade. Os que têm emprego formal, no setor privado e no setor público, enfrentam condições de trabalho cada vez mais duras: jornadas extenuantes, risco de adoecimento e de acidente, arrocho salarial. Vivem sob a ameaça da perda de direitos e do emprego. Mulheres, negros, trabalhadores LGBTQs são discriminados com salários mais baixos e obstáculos à carreira. Crescem os contratos precários: trabalho terceirizado, trabalho temporário, trabalho intermitente, trabalho à distância.

No meio rural, os agricultores familiares, responsáveis por grande parte dos alimentos que consumimos, enfrentam condições adversas para sobreviver. Os produtores integrados aos complexos agroindustriais submetem-se a condições de auto exploração para e cumprir padrões e metas de produção. Os agricultores estruturados carecem de políticas agrícolas (financiamento da safra, crédito, assistência técnica) que viabilizem o empreendimento. Os agricultores que têm acesso precário à terra, encontram-se em situação ainda mais adversa, tendo que se assalariar durante parte do ano para garantir seu sustento.

As dificuldades enfrentadas no cotidiano pelos trabalhadores têm relação direta com a forma como os empresários atuam para aumentar o lucro das empresas. Esse processo está cada vez mais interligado internacionalmente, na fase atual de desenvolvimento do capitalismo, em que cerca de 500 empresas transnacionais controlam a economia do mundo. Elas se estruturam em cadeias internacionais de valor e ditam as regras da concorrência global: onde e como produzir, que fábricas fechar, como deve ser a legislação trabalhista do país. Seus lucros dependem cada vez mais de formas precárias de trabalho e de salários mais baixos aos trabalhadores, de apropriação e exploração intensiva de recursos naturais assim como a destruição do meio ambiente e de ataques às comunidades.

O resultado desse processo tem sido a concentração de riquezas: o patrimônio dos 26 mais ricos do mundo é igual ao patrimônio dos 3,3 bilhões mais pobres; em 2018, a fortuna dos bilionários cresceu 12%, enquanto a metade mais pobre do planeta teve sua renda reduzida em 11%. Ao mesmo tempo, aumentam a precarização do trabalho, as desigualdades, a pobreza e a exclusão social: 3,4 bilhões de pessoas no mundo vivem abaixo da linha da pobreza. Com as últimas medidas de corte na proteção social, o Brasil pode voltar a figurar no mapa da fome da ONU.

Um dos principais objetivos dos empresários, em outras partes do mundo e no Brasil, é enfraquecer os sindicatos, diminuindo as chances dos trabalhadores resistirem à exploração do trabalho e a este modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de riquezas.





1.2 | A RETIRADA DE DIREITOS E A AMEÇA À DEMOCRACIA

Nos últimos 35 anos, a classe trabalhadora representada pela CUT tem resistido à retirada de direitos e lutado para construir uma sociedade mais justa, com valorização do trabalho, igualdade de oportunidades e respeito aos direitos fundamentais da cidadania. Nossa luta continua, mas num cenário mais complexo e desafiador. Crescem no mundo e no Brasil as forças de direita e de extrema direita, contrárias a este projeto.

Com o golpe sofrido em 2016, os empresários conseguiram aprovar a reforma trabalhista. O atual governo tem como objetivo golpear ainda mais os sindicatos e os trabalhadores. Pretende aprofundar a reforma trabalhista, suprimindo direitos (fim das férias e do 13º salário) enquanto chantageia os trabalhadores, que devem escolher entre emprego precário ou direitos. Pretende ainda acabar a aposentadoria (reforma da previdência), com a Justiça do Trabalho e fragilizar ainda mais os sindicatos, com a proibição do desconto em folha da mensalidade e da taxa negocial.

Normas e direitos assegurados na Constituição têm sido desrespeitados abertamente (impeachment da ex-presidenta Dilma sem que tivesse cometido crime, julgamento e prisão ilegal do ex-presidente Lula, fraude nas eleições de 2018), com a cumplicidade de setores do judiciário, da mídia e do Congresso, num ataque direto à democracia. Vivemos um regime de exceção, autoritário, disfarçado pelo “funcionamento normal das instituições”. Valores fundamentais como a liberdade, a igualdade e a fraternidade estão dando lugar a uma onda regressiva que prega o ódio, espalha o medo e dissemina a violência.

A violência aumenta no país: a cada 7.2 segundos, uma mulher é vítima de violência física; a cada vinte minutos é morto um jovem negro; a polícia recebe licença para matar e permanece impune. O desmonte das políticas públicas (saúde e educação) e da seguridade social, com a reforma da previdência, tornará ainda pior a vida dos trabalhadores e dos brasileiros pobres. A entrega de nossas riquezas à exploração predatória de empresas multinacionais fere a soberania nacional.

Nossa luta pela democracia passa defesa dos direitos e pela demanda por justiça:

**Nenhum direito a menos!
Não à reforma da previdência!
Lula livre!**



1.3

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: O FUTURO DO TRABALHO E DO SINDICATO

A internet e o celular mudaram hábitos e costumes, possibilitando formas mais ágeis de comunicação entre as pessoas. Foram inovações que alteraram nosso dia a dia. Outras mudanças não são tão perceptíveis ainda para a maioria das pessoas. Inovações tecnológicas como a internet das coisas, a inteligência artificial, a robótica, a nanotecnologia, a capacidade de armazenar cada vez mais informações (big data) estão sendo produzidas numa velocidade cada vez mais acelerada, transformando radicalmente a forma de produzir riquezas, de prestar serviços, de se comunicar em rede e de viver em sociedade. Situações que só costumávamos a ver em filmes de ficção já estão se tornando realidade. Exames médicos e processos jurídicos já podem ser analisados com precisão, usando-se a inteligência artificial. Robôs substituem trabalhadores nas fábricas e no atendimento a clientes. Drones identificam áreas das lavouras que requerem mais irrigação ou outro tipo de manejo.

A tecnologia 4G permitiu o acesso e a transmissão de vídeos ao vivo, além de ter propiciado o surgimento de novos modelos de negócio através do GPS, como o Uber. O 5G, com lançamento previsto para janeiro de 2020, revolucionará os modelos de negócio e as cadeias internacionais de valor. Além de celulares, o 5G conectará qualquer objeto que possua um chip, assegurando a ampliação da Internet das Coisas na vida cotidiana.

Cidades inteligentes já estão sendo projetadas. Economizam energia e água, dispensam faróis nas esquinas, asseguram o tráfego de veículos autônomos, eliminam os caixas nos supermercados, onde os clientes são identificados facialmente e os valores das compras são depositados diretamente em suas contas bancárias. Robôs fazem a entrega a domicílio. Estes são apenas alguns exemplos. São inúmeras, no entanto, as inovações tecnológicas que estão revolucionando o mundo. Na indústria, vivemos a transição da 3ª para a “4ª Revolução Industrial”. A “Indústria 4.0” é essa nova realidade incorporada pela fábrica, onde inovações tecnológicas, sobretudo os sistemas cyber físicos, unem o mundo virtual com o real através de sensores, automação, robótica e inteligência artificial, tudo isso conectado a uma rede chamada internet das coisas, que integra todas as etapas do processo e disponibiliza informações em tempo real. Essa já é a realidade de um número significativo de fábricas, especialmente na indústria automotiva.

No entanto, o processo é ainda muito desigual, considerando países, setores da economia e regiões. No Brasil, a mecanização ainda não chegou a vastas regiões agrícolas, onde é comum o uso de instrumentos rudimentares e da energia muscular. Num processo crescente de desindustrialização, indústrias de ponta convivem, na mesma cadeia produtiva, com barracões onde a tecnologia e as



condições de trabalho são semelhantes às da 1ª “Revolução Industrial”, na segunda metade do século XVIII. No serviço público assistimos à possibilidade de uso crescente de novas tecnologias com o processo simultâneo de redução de investimentos, de desmonte das políticas públicas (EC 95) e de degradação das relações de trabalho. Situação semelhante é enfrentada pelos trabalhadores das estatais, sob a ameaça de privatização.

Especula-se que o avanço dessas transformações levará a uma onda massiva de desemprego, não apenas nos setores de baixa qualificação. Para além do desemprego, as mudanças também pressionam por flexibilização e precarização ainda maiores do trabalho (trabalho à distância, intermitente, temporário, terceirizado). Em outras palavras, a classe trabalhadora está se transformando, com a proliferação de novas profissões. Ao mesmo tempo, está sendo fragmentada, na medida em que crescem as formas de trabalho precário. Essas transformações impactam diretamente o sindicato que vê diminuir sua base de trabalhadores com carteira assinada.

Dentro deste marco de mudanças das formas de trabalho e incorporação de tecnologias também se apresentam novas formas de produção e de vida que envolvem a incorporação de meios mais sustentáveis, considerando o enfrentamento às alterações climáticas e ambientais que já impactam diversas localidades e devem influenciar mundialmente nos próximos anos, alterando assim diversos setores como o de energia, transporte, produção e consumo entre outros.

As transformações colocam desafios urgentes: Como organizar e defender os interesses dos trabalhadores precários? Como organizar e defender os interesses dos trabalhadores que emergem nos setores de ponta da economia? Como amparar aqueles que são jogados no desemprego e na informalidade? Como integrar os segmentos da classe trabalhadora vinculados ao trabalho associado (cooperativas de produção, de crédito e de comercialização), no âmbito da economia solidária? Como estruturar o próprio sindicato para melhor representar o conjunto dos trabalhadores? Como sustentar financeiramente a organização e a luta? Como garantir uma transição justa para aqueles trabalhadores de setores que sofrerão mudanças na sua atual configuração? Como garantir a requalificação de trabalhadores que serão desligados nessa mudança de matrizes produtivas e energéticas para trabalharem nas novas áreas criadas?

Os textos apresentados na parte seguinte mostram como essas mudanças estão afetando os trabalhadores da indústria, dos serviços, do serviço público e dos rurais.



PARTE 2





2.1 | INDÚSTRIA*

A indústria brasileira, símbolo das grandes transformações da economia no século XX, ingressou no novo milênio em franca deterioração, tornando cada vez mais difícil a construção de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável, autônomo e soberano.

Desnacionalização e desadensamento de cadeias produtivas, atraso tecnológico, deterioração comercial, inserção cada vez mais pobre nas cadeias mundiais de valor: o processo de “reespecialização regressiva” da indústria brasileira, iniciado a partir da década de 1980, se acelerou demasiadamente a partir da década seguinte, e desde então o declínio do setor não tem tido sucesso em ser revertido, apesar de inúmeras tentativas.

Esse resultado é fruto de uma série de circunstâncias. Primeiro, a ação estatal - que teve contribuição decisiva para a consolidação do setor no País de 1930 a 1980 com políticas industriais e econômicas direcionadas - sofreu um enfraquecimento após esse período por conta da crise inflacionária e fiscal.

Segundo, os desdobramentos ocorridos na década de 1990 aceleraram ainda mais a deterioração industrial brasileira: uma abertura econômica sem qualquer resguardo ao parque produtivo brasileiro, aliada a implementação de uma política de estabilização monetária baseada em câmbio valorizado, que por sua vez demanda juros altos para lograr sucesso.

Essa combinação reduziu cada vez mais o valor adicionado internamente, concentrando seus investimentos em tecnologia poupadoras de mão de obra ao invés de um crescimento do potencial de produção, resultando em aumento do conteúdo importado e se tornando presa fácil à concorrência externa, com muitas empresas sendo vendidas a estrangeiros ou mesmo fechadas.

O resultado foi que a indústria, incluindo a construção civil, saiu de uma participação de mais de 40% do PIB na década de 1980 para aproximadamente metade desse valor em 2017, assim como registrou queda em sua participação mundial.

Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e especificamente para o Macrossetor da Indústria/CUT, a queda da indústria no Brasil não significa apenas um retrocesso econômico com graves consequências sociais, também é o estreitamento cada vez maior do espaço de construção de um modelo de desenvolvimento econômico que permita avanços sociais e a distribuição de renda de forma sustentável e soberana.

A velocidade com que o setor tem se movimentado, frente a já presente mudança de paradigma tecnológico, como a atual Indústria 4.0/Manufatura avançada, além do aumento da concorrência





2.1 | INDÚSTRIA*

econômica internacional, exige respostas ainda mais ágeis: uma estratégia adequada que permita a inserção do Brasil de forma rápida nesse novo paradigma, discutida e consensuada entre todos os sujeitos envolvidos, especialmente os trabalhadores, e eficiente a este novo contexto, sem esquecer as diferenciações regionais, tanto produtivas como econômicas e sociais. Uma política industrial, nesse contexto de inovações, também deve ter como objetivo a geração de oportunidades para todos e todas, liberando os seres humanos do trabalho pesado, degradante e extenuante e possibilitando a divisão dos frutos do progresso técnico a todos.

Os trabalhadores têm papel fundamental nesse processo: participar da elaboração da política industrial e tecnológica; intervir nacionalmente e internacionalmente, para que o resultado desse processo contribua para eliminar as desigualdades entre países e intra-países, e garantir processos ambientalmente sustentáveis. Enfim, para que haja uma retomada do protagonismo da indústria, baseado em sua reestruturação produtiva em direção a um sistema mais complexo tecnologicamente, são necessárias muitas ações.

**Excertos do documento: Plano Indústria 10+ ,
Desenvolvimento produtivo e tecnológico.
Proposta do Macrossetor da Indústria para o debate*



2.2 | SERVIÇOS



No cenário de desregulamentação das leis trabalhistas, os trabalhadores no comércio e serviços são os primeiros a perceberem os efeitos da nova legislação implementada pelo governo golpista, dado o avanço na ocorrência das diversas formas de contratação.

Por se tratar do ramo que mais cresce no Brasil, o macrossetor do comércio e serviços terá a imensa responsabilidade nas ações sindicais do próximo período, ao mesmo tempo em que será o setor que mais sofrerá as consequências da contra reforma trabalhista e do processo de precarização em curso.

Fragmentação promovida pela terceirização, pelo comércio online e pela variedade de contratos derivados da contra-reforma, ao lado da ofensiva neoliberal contra o movimento sindical, tornará o ramo uma arena de intensa disputa pela representação sindical.

Tais desafios requerem junto ao macrossetor do comércio e serviços a construção de processos articulados de negociação coletiva e de ações unitárias, envolvendo diferentes categorias.

Promover a construção de agendas comuns de ação nos ramos no âmbito do macrossetor visando a construção de políticas setoriais de desenvolvimento e melhoria de políticas públicas.

Promover o trabalho de base como atuação central da estratégia sindical.

Promover a reestruturação da organização sindical, fundado na liberdade e autonomia sindical, incentivando negociações coletivas nacionais, o direito à greve, a organização no local de trabalho, coibindo as práticas anti-sindicais, proporcionando auto-sustentação de forma solidária e democrática definida em assembleias representativas.

O setor financeiro brasileiro entrou, a partir de 2013, uma nova fase de seu desenvolvimento. Depois de um ciclo de expansão experimentado entre 2001 e 2012, o setor assiste à reversão de estratégias de expansão do atendimento e das operações de crédito no país. O emprego bancário havia experimentado aumento de 30% no período e o sindicalismo bancário conquistou continuamente aumentos reais nos salários e nos pisos, além da inclusão de cláusulas de defesa da saúde do trabalhador, da segurança bancária e de igualdade de oportunidades. Contudo, do início de 2013 a abril de 2017, os saldos mensais entre admitidos e desligados no setor foram persistentemente negativos. Nesse período, os bancos fecharam mais de 61 mil postos de trabalho.

A redução dos postos de trabalho resulta da mudança na estratégia de atuação das empresas do setor financeiro. Ainda em 2011, começa a se fortalecer um modelo de atuação capaz de promover expansão dos serviços bancários e, simultaneamente, realizar cortes de despesas, inclusive das



2.2 | SERVIÇOS



despesas de pessoal. A nova estratégia foi consolidada por um novo paradigma tecnológico, conformando a *Quinta Onda de Inovação Bancária*, assentada em dois pilares: o *mobile banking* e os correspondentes bancários.

Para além da questão tecnológica, a redução da categoria, desde o golpe, foi sentida especialmente nos bancos públicos, com o intuito de enfraquecê-los e reduzir seu espaço no setor, visando privatizá-los. Em relação ao quadro de BB e Caixa ao final de 2015, já foram fechados 24.808 postos de trabalho nos dois bancos, o que equivale a 12% de redução, somente até dezembro de 2018.

Além das alterações ocorridas no setor, desde 2008, assiste-se a um processo de Reformas Trabalhistas em diversos países, como Espanha, Itália, México e, agora, Brasil. Infelizmente, embora estas reformas tenham sido apontadas pelos governos ultraliberais, como saídas viáveis para a crise, a análise dos dados não revela melhoria nos indicadores de mercado de trabalho e macroeconômicos. No Brasil não é diferente. Desde a entrada em vigor da Reforma Trabalhista, os dados de desemprego e deterioração de empregos de melhor qualidade seguem se aprofundando.

No caso do setor financeiro, existe o risco de substituição da contratação de bancários, com acesso à proteção trazida pela existência de um sindicalismo unificado e de uma Convenção Coletiva de Trabalho Nacional, por trabalhadores sob contratos atípicos, dispersos em categorias profissionais distintas. Como impacto destas transformações, assiste-se à tendência de subdivisão de categorias de trabalhadores, ainda que com características similares quanto ao conteúdo do trabalho, em inúmeras outras categorias dentro do setor de serviços, sob contratos e condições de trabalho absolutamente diversas. Isso se dá, especialmente, devido à flexibilização trazida pela reforma trabalhista, a intensa aplicação de novas tecnologias, os novos modelos de trabalho ancorados na uberização ou no teletrabalho, os quais são elementos que jogam a favor de um processo intenso de isolamento e individualização das estratégias que os trabalhadores têm à disposição para melhorar suas condições de trabalho.

Contra a fragmentação, a unidade do Comando Nacional dos Bancários

Na campanha nacional de 2018, Comando Nacional dos Bancários investiu numa ampla estratégia de resistência à reforma trabalhista, que começou a ser construída com extensa análise do impacto da reforma trabalhista na CCT dos bancários. Frente aos novos riscos constatados, todo o calendário da campanha nacional foi antecipado.

Para a construção de um processo de mobilização amplo e unitário, o Comando Nacional dos Bancários construiu assembleias, conferências estaduais e conferências regionais, mobilizando



2.2 | SERVIÇOS



bancários em todas as regiões do país. Os sindicatos foram fundamentais nesse processo, discutindo os riscos da reforma trabalhista à CCT e a necessidade de defesa das entidades sindicais e suas formas de financiamento.

A reforma trabalhista tornou a conjuntura mais difícil e impactou nossa negociação, mas não foi capaz de abalar o patrimônio construído por tantos anos, a nossa Convenção Coletiva de Trabalho Nacional.

O Comando Nacional dos Bancários tinha como estratégia principal, apontada pelos bancários na consulta e nas assembleias, a manutenção de toda a CCT para toda a categoria, como forma de neutralizar os impactos nefastos do desmonte da legislação trabalhista que poderia afetar 61% das cláusulas da nossa Convenção.

Do outro lado da mesa de negociação, a Federação Nacional dos Bancos, por sua vez, indicava a retirada de direitos, inclusive com o fim da jornada de seis horas dos bancários, o fim do salário substituto, do adicional de insalubridade, da complementação salarial por dois anos durante o afastamento por doença, da PLR na licença-maternidade e dos licenciados por saúde.

Foram mais de dois meses entre a entrega da pauta de reivindicações à Fenaban, em 13 de junho, e a conclusão das negociações, em 26 de agosto. Todas as tratativas foram apresentadas para a categoria e, após análise da conjuntura e da proposta negociada na mesa nacional, bancários de todo o Brasil, sócios e não sócios das entidades, decidiram pela aprovação da proposta.

Após uma longa jornada de negociações, num contexto de redução drástico no número de acordos e convenções assinadas e de piora dos indicadores das negociações coletivas, os bancários conseguiram assinar dia 31 de agosto de 2018, a nova CCT 2018/2020 que garantiu reposição total da inflação, aumento real, assim como todos os direitos da categoria bancária, inclusive para os trabalhadores hipersuficientes, que é o caso de 19% da categoria no país. Além da CCT, foram assinados, também, os Acordos Aditivos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Uma inovação da Campanha de 2018 foi a construção e assinatura da CCT de Relações Sindicais, que garante a auto-regulação da negociação coletiva dos bancários, com definição da duração dos mandatos de 4 anos, a garantia da estabilidade do dirigente sindical, a frequência livre dos dirigentes e o desconto da contribuição negocial, aprovada em assembleias e o desconto em folha das mensalidades sindicais, tão duramente atacado pelo Governo com a MP-873/2019.



2.2 | SERVIÇOS

Este resultado foi possível graças à unidade entre os bancários e bancárias de todo o país na Campanha Nacional Unificada 2018 e ao fortalecimento da organização dos bancários. Os acordos resultantes deste processo foram, por fim, aprovados em assembleias lotadas por todo o Brasil.

Foi a nossa resistência, calcada no apoio e reconhecimento dos bancários às suas entidades representativas, que garantiu o sucesso da nossa negociação e a vitória da categoria na Campanha Nacional Unificada 2018.

Agora, com uma Convenção Coletiva com vigência até 31/08/2020, os bancários poderão repensar suas estratégias para o novo contexto nacional. Os desafios ao sindicalismo são imensos.

Novos desafios - ampliar a unidade e construir o Macrossetor Serviços

**“Onde queres revólver,
sou coqueiro, e onde
queres dinheiro, sou paixão”**

O contexto de crise econômica, de ataque às organizações dos trabalhadores e de novos arranjos produtivos demandará estratégias renovadas por parte do sindicalismo. As entidades sindicais e as instâncias tradicionais de representação e ação coletiva dos trabalhadores precisam passar por um intenso processo de mudança, a fim de manter seu grau de protagonismo na regulação das relações de trabalho.

A organização da representação dos trabalhadores do Ramo e os desafios da construção do Macrossetor Serviços hoje podem apresentar caminhos para um sindicalismo ainda mais unificado. Que plantemos unidade e renovação onde quiseram impor isolamento e destruição.

A organização dos trabalhadores em transportes irá completar 30 anos de lutas e conquistas no Brasil, em junho de 2019. A CNTTL base tem mais de 300 sindicatos de traba-



2.2 | SERVIÇOS

lhadores em transportes filiados e cinco federações de base estadual e nacional nos modais aéreo, viário, metroviário, ferroviário, portuário e moto-táxi, localizadas nas principais capitais e cidades do Brasil. Com a unificação da CTB, a Confederação se tornou uma entidade representativa dos trabalhadores em transportes no país. Nos últimos anos a CNTTL também fez mais oposições e disputou sindicatos no Brasil, o que garantiu mais filiações à Confederação.

Entre as principais conquistas recentes, destacam-se: a aprovação da Lei do Motorista Lei (13.103/2015); o Fórum Permanente de Transporte de Cargas (TRC); o convênio, que autoriza a CNTTL conceder o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) aos caminhoneiros brasileiros; a Tabela do Preço Mínimo do Frete (referente ao custo mínimo), ocorrida em 2018.

As principais demandas do setor continuam sendo: a proibição da dupla função do motorista nos ônibus e exigência da obrigatoriedade de ter um segundo trabalhador no interior dos ônibus nos setores urbanos e suburbanos; mais segurança dentro dos coletivos; a manutenção da Tabela do Preço Mínimo do Frete (referente ao custo mínimo); pontos de parada com estrutura adequada para descanso nas rodovias; renovação de frota aposentadoria; melhorias nas condições das rodovias /preço do diesel/segurança, exame toxicológico para todos os motoristas, entre outros.

Outras frentes de luta importantes são: ação contra a Privatização da Gestão Portuária, pela recuperação do Instituto de Previdência o PORTUS, pelo respeito à legislação portuária no que diz respeito ao trabalho portuário, principalmente, nos terminais de uso privado; política de valorização dos Portos Públicos, principalmente, nos investimentos em infra- estrutura de transportes como a Dragagem nos Portos e um Modelo de Tarifa Portuária que faça frente às necessidades de investimento econômico e social; combate à privatização da Codesa, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Infraero/aeroportos; ação contra a medida que permite que empresas estrangeiras possam ter até 100% do controle das companhias aéreas operando no país; combate à terceirização nas empresas aéreas e nos portos, regulamentação da profissão dos agentes de trânsito, direito ao Adicional de Periculosidade aos trabalhadores celetistas.



2.3 | RURAL

A agricultura familiar é responsável por mais de 70% da produção de alimentos que são consumidos no Brasil, representando 90,7% do total dos estabelecimentos agrícolas (5,2 milhões), mas apenas 22,5% da área total (153,2 milhões de hectares), possuindo importância social, econômica e política no país mesmo dentro de um cenário de concentração de terra e de renda.

O modelo de desenvolvimento rural em curso no Brasil historicamente promoveu o agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa. O reflexo dessa dinâmica se expressa em conflitos agrários ininterruptos, expropriação e expulsão dos/as agricultores/as familiares e trabalhadores/as rurais do campo, aumento da inserção de homens, mulheres e crianças no trabalho em condições precárias e degradantes (inclusive assalariamento em tempo parcial complementando a renda), aumento de a insegurança alimentar do país, pobreza no meio rural, destruição dos recursos naturais rompimento de vínculos, destruição de identidades culturais, laços de pertencimento e o modo de produção e reproduzida vida no campo.

O cenário para a agricultura familiar sempre foi complexo, pois aglutina uma grande diversidade de sujeitos desde pessoas sem terra, parceiros, meeiros, arrendatários, assalariados (as) rurais até milhares de integrados às cadeias produtivas de grãos, lácteos e carnes, principalmente, os quais lutam constantemente pelo acesso a terra e políticas públicas de promoção social e de desenvolvimento rural, combate à informalidade e pelo trabalho digno e decente, pela democracia e justiça social.

Com o golpe de 2016, o cenário no campo ficou mais adverso pois, os governos Temer e Bolsonaro com a destruíram as políticas públicas de apoio e fortalecimento a agricultura familiar, resultando no aumento da exploração dos agricultores familiares que produzem alimentos, inclusive, os integrados aos complexos agroindustriais ampliando as dificuldades para se manter no campo. Somente com muita luta é que haverá possibilidade de reversão desse quadro, que tem colocado todo legado construído por homens e mulheres no campo à prova.

“A Agricultura Familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos no Brasil”



2.4 | SERVIÇO PÚBLICO

O Brasil atravessa um período de intensos ataques ao Estado Democrático de Direito e à classe trabalhadora. Estas investidas são arquitetadas pelos setores reacionários que chegaram ao poder com o golpe de 2016 e têm a missão de substituir o modelo de “Estado de Bem-Estar Social” pelo “Estado Mínimo”, através da imposição de um projeto ultraconservador e neoliberal voltado aos interesses do capital nacional e internacional, em particular o rentista. Os direitos trabalhistas conquistados nas últimas décadas e os direitos cidadãos presentes na Constituição Federal de 1988 têm sido os alvos prioritários.

Nos últimos dois anos foi destruída boa parte dos direitos e benefícios duramente conquistados pelo movimento sindical nas últimas três décadas.

O número total de servidores públicos do país, nas três esferas de governo, cresceu 83% em 20 anos, passando de 6,264 milhões, em 1995, para 11,492 milhões, em 2016, conforme o Atlas do Estado Brasileiro- IPEA. A nível federal, o número de servidores civis saltou de 950 mil pessoas, em 1995, para 1,2 milhão, em 2016 e recuou para 655 mil em 2018 (número inferior ao de 1991, 662 mil, quando o governo Fernando Collor começou a promover cortes no funcionalismo). Já o total de vínculos no setor público estadual cresceu 28%, passando de 2,9 milhões, em 1995, para 3,7 milhões, em 2016.

O funcionalismo municipal foi o segmento que mais cresceu no setor público, saltou 175% em 20 anos, de 2,4 milhões, em 1995, para 6,5 milhões, em 2016. Com isso, a participação dos funcionários públicos municipais no total de servidores do país passou de 38% para 57%, no mesmo período. Em parte, porque aumentou o número de municípios, mas em grande parte devido as decisões da Constituição Federal de 1988, que municipalizou principalmente serviços de saúde, educação e assistência social.

Dos 2 milhões de trabalhadores que atuam no serviço público temos a seguinte realidade: 1,2 milhões tem um contrato formal com carteira; 2,4 milhões tem contratos precários ou temporários e 7,9 milhões são militares e funcionários públicos estatutários.

Hoje a realidade está difícil para todos. Poderíamos nos alongar citando os inúmeros fatos ocorridos desde o impeachment da Presidente Dilma em 2016, mas vamos analisar os aspectos mais relevantes que constituem hoje a pauta do funcionalismo em todo o país.

1. Cronologicamente o primeiro ataque sofrido por toda a sociedade em geral e os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público em particular se deu com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que praticamente congelou por 20 anos os investimentos em áreas sociais ao agregar apenas a inflação do ano anterior no Orçamento do novo exercício fiscal. O resultado a curto prazo tem sido o



2.4 | SERVIÇO PÚBLICO



desmonte de políticas e ações, o sucateamento das estruturas de trabalho e de atendimento à população e a precarização das relações e condições de trabalho. A médio e longo prazos, os estudiosos alertam sobre o colapso nos Orçamentos destas áreas.

2. Terceirização e a Contrarreforma Trabalhista desencadeadas por Temer aprofundaram ainda mais os danos causados por políticas que já vislumbravam o desmonte do serviço público nas diversas esferas de governo.

A restrição e/ou não realização de concursos; o corte de verbas e fechamento de organismos como Conselhos, Fundações, etc, levam ao aumento da terceirização e maior precarização do emprego no serviço público. Nos âmbitos estadual e municipal isso é mais sentido ainda.

O fenômeno de extinção massiva de postos de trabalho no serviço público é um fato e enseja uma ação articulada dos trabalhadores para denunciá-lo e revertê-lo. Tudo isto sem falar na retomada da política de privatização iniciada nos períodos Collor de Mello e FHC, agora de forma mais agressiva e em quase todos os governos estaduais.

O alto grau de terceirização presenciado em setores como o da saúde se multiplica em outras áreas do serviço público. Há algum tempo o crescimento exponencial das OSs e OSCIPs é um fato inconteste. Fenômeno que se multiplica em vários Estados e municípios espalhados pelo país. Presenciamos a substituição da mão-de-obra dos servidores e o aprofundamento da precarização das relações e das condições de trabalhos no setor público.

Na educação com as práticas do ensino a distância reduz-se o número de professores em salas de aula e ao mesmo tempo, com a possibilidade de se contratar terceirizados e mesmo por dia ou por hora, reduz-se o corpo docente e o ensino fica cada dia mais fraco.

3. A Reforma da Previdência – A ameaça vem se arrastando desde o governo golpista de Temer quando, através da mobilização dos trabalhadores conseguimos impedir a votação de um dos maiores retrocessos sociais do país. Agora o projeto retorna piorado, com a extensão da idade para homens e mulheres, corte da Aposentadoria por Prestação Continuada e Aposentadoria Especial Rural e a criação de um Fundo de Capitalização, que significará a privatização do sistema público. Estamos falando de um desastre que entregaria bilhões de reais do patrimônio do trabalhador para o capital rentista, além de trazer o esfacelamento das demais políticas de Previdência Social.

A proposta de reforma da Previdência Social pretende forçar a troca de um regime de repartição coletiva ou geracional (“trabalhadores ativos cobrem aposentadoria dos inativos”) para um regime



2.4 | SERVIÇO PÚBLICO

de capitalização individualista (“cada trabalhador opta, no início da carreira, por uma carteira de ativos”). Mas além disso quer obrigar a cobertura de um suposto déficit atuarial do pagamento de suas aposentadorias por parte de servidores públicos contratados para uma carreira dentro do regime de repartição. Não só a proposta aumenta a alíquota, de forma abusiva, como quebra o federalismo e impõe aos governos estaduais e municipais a mesma fórmula. Abre também a possibilidade de cobrar contribuição extraordinária para equilibrar fundos de pensão recém-criados com déficits imputados.

No serviço público todos os segmentos do executivo serão afetados, mas particularmente a educação. A idade para a aposentadoria das docentes (mulheres) no serviço público e na média para quem leciona em regime do INSS aumentará 10 anos e o tempo de contribuição, 15 anos. Sendo que as mulheres compõem 80% da categoria do magistério de nível básico no país. A aposentadoria especial do magistério praticamente acaba com a reforma, sobretudo para as professoras que terão a idade reduzida em apenas 2 anos em relação às demais trabalhadoras (atualmente são 5 anos), sendo que precisarão contribuir por dez anos a mais no regime celetista e 5 anos extras nos regimes próprios (serviço público).

4. Sindicalização e Negociação Coletiva – Passada mais de uma década da aprovação da Convenção 151 da OIT que versa sobre o direito de sindicalização e relações de trabalho na administração pública, a legislação não foi regulamentada para que esse direito se cumpra. O direito a negociação coletiva no serviço público é outro ponto que ainda não é considerado. A estabilidade do servidor permanece sendo atacada com medidas governamentais que fragilizam e distorcem este direito.

O direito de greve não é respeitado e são constantes as ameaças de punições e de repressão sobre os trabalhadores e trabalhadoras grevistas.

Há ainda os ataques do governo de extrema direita de Bolsonaro contra os trabalhadores e suas formas de organização com a tentativa de fazer valer a MP 873 e o Decreto 9.735/2019, que vetam o desconto na folha de pagamento das contribuições ao sindicato. E a mais recente arbitrariedade foi o Decreto presidencial que determina o fim dos conselhos sociais que integravam a Política Nacional de Participação Social (PNPS), educacional, cultural, cidadão.

Todas essas mudanças no campo jurídico e no campo da crescente destruição da carreira, transformando o serviço público em emprego precário é preciso pensar imediatamente a forma de organização dos sindicatos, a filiação dos terceirizados e sub-contratados e a busca pela unificação de sindicatos dentro dos macrosetores perderemos tudo o que conquistamos até o início do século XXI

5. Internacionalização da Educação e Saúde – No governo Lula foi aprovada a proibição de abrir ao



2.4 | SERVIÇO PÚBLICO

livre comércio áreas de saúde e educação, atualmente essas áreas transformaram-se área de investimento de grandes monopólios que compram universidades privadas e grupos de atendimento de saúde. Seu interesse na privatização e precarização dessas áreas no serviço público é flagrante.

6. Novas tecnologias e emprego digno- Há uma falta evidente de investimentos em avanços tecnológicos tão necessários para trazer melhorias nas condições de trabalho. Setores e funções com infraestrutura tecnológica adequada ainda são ilhas no serviço público. A incorporação de novos métodos digitais de trabalho quase sempre não vem acompanhada com infraestrutura tecnológica e processos que incorporem as observações e experiências dos servidores. Provocando maior desqualificação desses trabalhadores e tornando difícil sua reincorporação ao mercado de trabalho caso saiam do serviço público.

Por outro lado, o aumento das privatizações e parcerias público privadas estão provocando o uso intensivo de equipamentos e máquinas digitais que substituem cada vez mais o trabalho humano. Na saúde essa mudança é flagrante e atinge todos os níveis de profissionais.

Nós defendemos a valorização dos profissionais em todos os níveis e esferas de contratação do serviço público, através de ingresso na carreira por concurso público, formação inicial e continuada, plano de carreira e salários dignos. Direito de sindicalização, direito de greve e de negociação coletiva.

Outros aspectos que não atingem somente os trabalhadores e trabalhadoras do serviço, são bandeiras de nossas lutas. Lutamos contra a extinção de Programas Sociais como Minha Casa Minha Vida., Mais Médicos, a desestruturação do SUS e a facistização do ensino público

Defendemos a ampla gestão democrática nas escolas e a aprovação do FUNDEB Permanente com mais recursos da esfera federal e a consecução plena das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, com destaque para as regulamentações do Custo Aluno Qualidade e do Sistema Nacional de Educação.

Não aceitaremos a política de militarização das escolas públicas, que ganhou status de subsecretaria na estrutura do Ministério da Educação. Como almejar uma sociedade pacífica com gestores públicos difamando e agredido professores, estimulando o machismo, a homofobia, a violência policial contra determinados grupos sociais, entre outras práticas condenáveis até mesmo pela legislação penal. Assim como nos opomos fortemente as tentativas de instituir a autodenominada "Escola sem Partido" ou "Lei da Mordada".



PARTE 3

Resgatamos, a seguir, os elementos essenciais da concepção sindical CUTista como referência para o debate de questões e aprovação de propostas para o 13º Concut nas assembleias de base e nos debates promovidos pelas Estaduais da CUT.



3.1 | ESTRUTURA SINDICAL DA CUT

Central sindical classista, democrática, de massa, autônoma, independente e organizada a partir do local de trabalho.

Um marco na trajetória da CUT foi o 3º Concut, realizado em Belo Horizonte, em 1988, que aprovou a concepção sindical da Central (classista, de massa, democrática, independente e autônoma, organizada a partir do local de trabalho) e, ao mesmo tempo, a estrutura sindical articulada em dois eixos: horizontal, representando o conjunto da classe, e vertical, representando as categorias organizadas por ramo. Passados 31 anos, somos desafiados a atualizar este projeto, orientando a organização e a ação da CUT para os próximos anos.



3º CONCURT em Belo Horizonte. Foto: Roberto Parizotti

OLT – A CUT nasceu de sindicatos combativos, com forte organização de base. Foi essa organização que permitiu conquistar e renovar sindicatos, assim como mobilizar os trabalhadores ações de massa na defesa dos direitos e da democratização da sociedade. A organização no local de trabalho



3.1 | ESTRUTURA SINDICAL DA CUT

– OLT – foi incorporada na estrutura da CUT como alicerce sobre o qual se ergue sua estrutura sindical. Assumindo diferentes formas, dependendo da realidade e experiência de cada Ramo, a OLT tem um papel fundamental no fortalecimento do sindicato e nas ações focadas na melhoria das condições de trabalho e de salário, na defesa da saúde e segurança no trabalho.

SINDICATOS – Seguindo a concepção sindical CUTista, o sindicato deve representar massivamente os/as trabalhadores/as, organizando-os/as a partir do local do trabalho, mobilizando-os/as em defesa de seus interesses imediatos (melhores condições de trabalho e de salário, via negociação coletiva) e de seus interesses históricos (lutas gerais da classe trabalhadora). Devem promover a mais ampla participação dos/as trabalhadores/as na vida e nos fóruns de decisão da entidade.

RAMOS – Os Ramos foram criados para integrar a ação de diferentes categorias, fortalecer a organização dos sindicatos, potencializar a negociação coletiva através de processos mais centralizados e para elaborar propostas de desenvolvimento setorial que visem a proteção do emprego, a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. É ainda seu papel mobilizar os sindicatos do Ramo para as lutas gerais classe trabalhadora.

Devem ainda contribuir para o fortalecimento da estrutura horizontal da CUT, socializando nesse espaço as lutas das categorias que representam, solidarizando-se com a luta de trabalhadores de outros Ramos e participando efetivamente das ações da CUT.

MACROSSETORES – Seguindo deliberação do 11º Concut, os Macrosetores foram criados, em 2012, como espaços de experimentação de organização e de luta visando fortalecer os Ramos, apontando para formas mais centralizadas de organização.

Entre suas atribuições destacam-se o papel de fortalecer a negociação coletiva (unificação de datas base, unidade política nas campanhas salariais) e de elaborar projetos de desenvolvimento setorial que expressem, em escala nacional, os interesses do conjunto dos Ramos representados pelo Macrosetor (política industrial, por exemplo).

CUT NACIONAL E ESTADUAIS DA CUT – A estrutura horizontal da CUT foi concebida para ser o espaço de unidade da classe trabalhadora. Representa o conjunto das categorias de trabalhadores, em toda sua diversidade, e os mobiliza na defesa de seus interesses comuns e históricos. Deve ser um espaço democrático de debate e de tomada de decisões, onde também se forja a solidariedade aos setores mais frágeis e vulneráveis da classe.



3.2 | ASSEMBLEIAS E PROPOSTAS PARA O 13º CONCURTO

As assembleias devem ser organizadas pelo Sindicato, seguindo as normas prescritas no documento Normas e Orientações do 13º Concurto, visando a mais ampla participação dos/as trabalhadores/as de sua base. Devem ser amplamente divulgadas, ressaltando a importância dos/as trabalhadores/as engajarem-se no debate das questões que desafiam hoje os sindicatos e na apresentação de propostas concretas para responderem a esses desafios.

Orientamos os dirigentes a organizarem a atividade em três momentos:

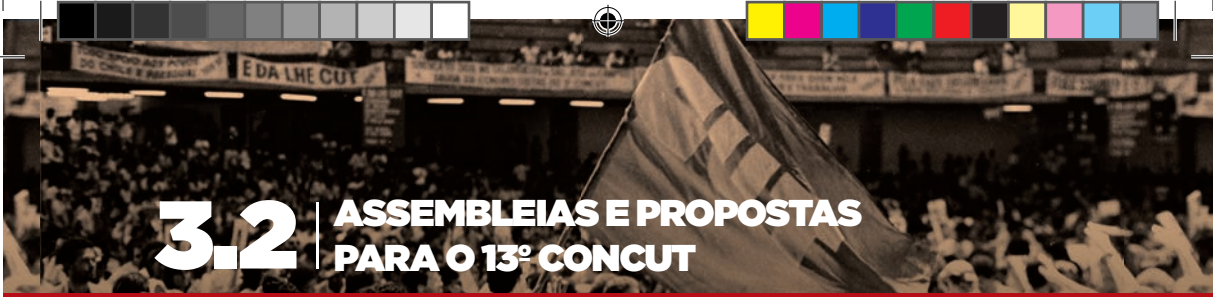
1. Apresentação e debate dos temas apresentados neste Caderno de Subsídios
2. Debate e aprovação de propostas a serem enviadas como contribuição ao 13º Concurto
3. Eleição dos/as delegados/as ao 13º Concurto (conferir o documento **Normas e Orientações do 13º Concurto**).

Apresentamos, na sequência, o roteiro de questões que sugerimos para o debate nas assembleias.

3.2.1 - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA OS SINDICATOS DEBATEREM NA ASSEMBLEIA DE ESCOLHA DE DELEGADOS AO 13º CONCURTO

1. Quem devemos representar

- A representação sindical deve ser mantida como está definida hoje ou deve ser ampliada para outros tipos de contrato (terceiros, temporários, trabalhadores por tempo parcial, trabalhadores intermitentes e trabalhadores à distância, estagiários, PJs, MEI)? Para quais grupos?
 - O sindicato deve incorporar segmentos da classe trabalhadora que estão na informalidade e na chamada “economia de plataforma”, como o Uber, por exemplo?
 - O sindicato deve organizar os trabalhadores desempregados?
 - O sindicato deve representar os trabalhadores vinculados a organizações no campo da economia solidária (cooperativas de produção, de crédito, de comercialização)?
- **Com base no debate dessas questões, que propostas o Sindicato apresenta para o 13º Concurto?**



3.2 | ASSEMBLEIAS E PROPOSTAS PARA O 13º CONCURTO

2 – Como devemos nos organizar

- Como desenvolver a organização no local de trabalho, considerando que cada vez mais os trabalhadores estão mais dispersos geograficamente em locais de trabalho diferentes e com diversos contratos de trabalho?
- Como organizar os trabalhadores que estão na informalidade, os que estão desempregados ou vinculados à economia de plataforma, como o Uber, por exemplo?
- Como ampliar os fóruns e espaços de participação dos trabalhadores no sindicato?
- É possível avançar no processo de unificação/articulação de sindicatos da mesma base territorial ou região? Como?
- **Com base no debate dessas questões, que propostas o Sindicato apresenta para o 13º Concurto?**

3- Como deve ser o financiamento do sindicato

- Quais podem ser as formas de sustentação financeira do sindicato, além da mensalidade e da taxa negocial?
- Como desenvolver formas mais eficazes de sindicalização?
- Como desenvolver formas mais eficientes de gestão?
- **Com base no debate dessas questões, que propostas o Sindicato apresenta para o 13º Concurto?**

IMPORTANTE:

Para responder via **correio**, preencha o formulário referente a este tópico na página 33. Confira as instruções de envio por **e-mail** na próxima página.

3.2 | ASSEMBLEIAS E PROPOSTAS PARA O 13º CONCUT

3.2.2 - ENVIO DE PROPOSTAS PARA A CUT NACIONAL

ATENÇÃO! IMPORTANTE

É fundamental que as propostas aprovadas nas assembleias de base, sejam sistematizadas e enviadas às Estaduais da CUT e à CUT Nacional por e-mail ou pelo correio, seguindo o modelo abaixo:

E-mail: propostas13concut@cut.org.br

Pelo correio: Secretaria Geral da CUT, Rua Caetano Pinto, 575, Brás, São Paulo, SP, CEP 03041-000

PROPOSTAS APROVADAS NA ASSEMBLEIA DO SINDICATO PARA O 13º CONCUT

Nome:	
Endereço:	
Registro Sindical:	

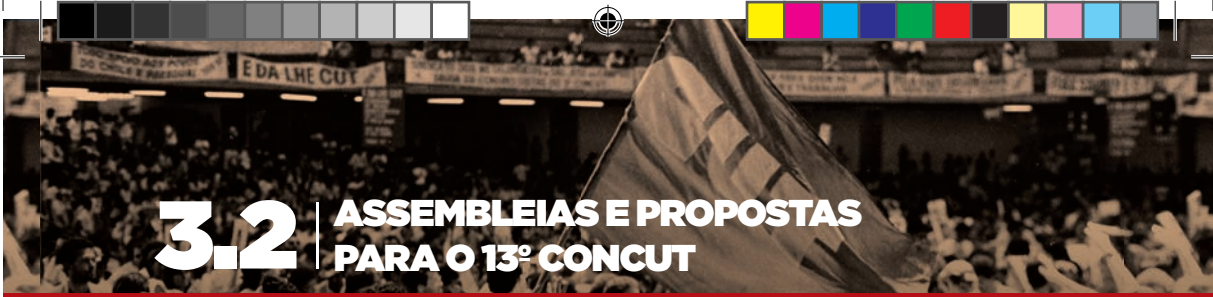
PROPOSTAS

Quem devemos representar?	O Sindicato deve representar, além dos trabalhadores com contrato de trabalho permanente, aqueles que têm contrato temporário, contrato intermitente e os que estão na informalidade.
Como devemos nos organizar?	O Sindicato deve estimular a organização no local de trabalho, organizar coletivos responsáveis pela saúde e segurança do trabalhador, pela organização dos jovens, das mulheres e dos trabalhadores com contrato precário de trabalho.
Como deve ser o financiamento do sindicato?	O sindicato deve compartilhar solidariamente sua estrutura com outros sindicatos da região.

Data: ____/____/____

Secretário-geral ou dirigente responsável

Para responder via **correio**, preencha o formulário referente a este tópico na página 33.



3.2 | ASSEMBLEIAS E PROPOSTAS PARA O 13º CONCURTO

3.2.3 - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA RAMOS DEBATEREM NO ENCONTRO PARA A ESCOLHA DE DELEGADOS AO 13º CONCURTO

Apresentamos o roteiro de questões que devem ser debatidas pelo Ramo no Encontro organizado para escolher os delegados para o 13º Congresso, de acordo com critérios estabelecidos no documento Normas e Orientações do 13º Concurto.

Levando em conta o papel do Ramo na organização vertical na defesa de seus interesses imediatos e setoriais das categorias que representa; considerando as mudanças em curso nas relações de trabalho nos setores representados pelo Ramo; considerando ainda a importância da ação do Ramo visando o fortalecimento das lutas gerais da classe trabalhadora, esperamos que debatam no Encontro as questões abaixo:

1- Representação

- Que políticas devem ser desenvolvidas pelo Ramo visando a integração de trabalhadores que não estão no mercado formal de trabalho?
- Que políticas devem ser desenvolvidas pelo Ramo visando a integração de trabalhadores que possuem contratos precários de trabalho?

2- Organização

- Que políticas devem ser desenvolvidas pelo Ramo visando o fortalecimento dos sindicatos?
- Como fomentar formas mais centralizadas/articuladas de negociação coletiva, envolvendo os sindicatos de sua base?
- Como fortalecer a ação e a integração dos trabalhadores vinculados à mesma rede de empresas no plano nacional e internacional?
- Como fortalecer a participação do Ramo no Macrossetor ao qual está vinculado

3- Financiamento

- As atuais fontes de financiamento da Federação e da Confederação garantem sua organização e funcionamento?
- Quais as formas alternativas de financiamento que consideram viáveis para fortalecer o papel da Federação e da Confederação?



3.2 | ASSEMBLEIAS E PROPOSTAS PARA O 13º CONCUT

3.2.4 - ENVIO DE PROPOSTAS PARA A CUT NACIONAL (RAMOS)

ATENÇÃO! IMPORTANTE

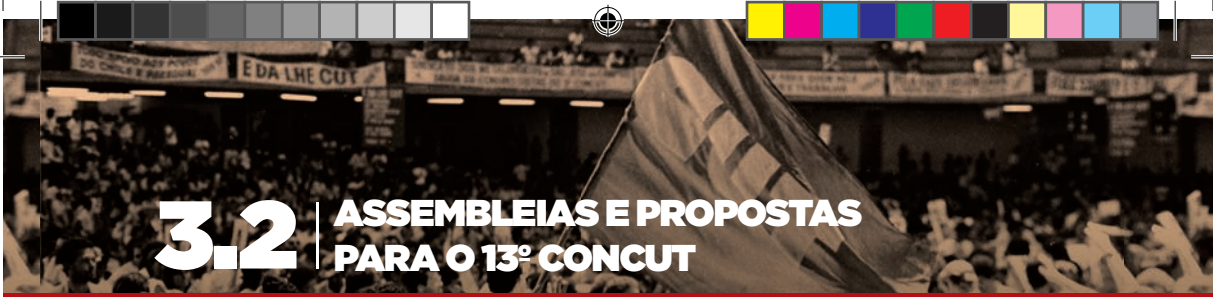
É fundamental que as propostas aprovadas pelos ramos, sejam sistematizadas e enviadas à CUT Nacional para o e-mail **propostas13concut@cut.org.br**. Devem ser objetivas e sucintas, como no exemplo dado na página 35.

3.2.5 - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA O DEBATE ORGANIZADO PELAS ESTADUAIS DA CUT

Apresentamos, nesta parte do Caderno de Subsídios, o roteiro de questões a serem debatidas pelas Estaduais da CUT. Cada CUT organizará esse debate buscando a mais ampla participação dos Sindicatos e ramos de sua base. Podem concentrar o debate numa única atividade, como uma reunião ampliada da direção estadual, ou realizá-lo de forma descentralizada em diferentes regiões. É importante as atividades sejam registradas em atas assinadas pelas entidades presentes, contendo as propostas aprovadas e a serem encaminhadas para a CUT Nacional.

1. Democracia e unidade

- Como aprimorar os fóruns e espaços de participação dos sindicatos na construção coletiva de ações estratégicas da Estadual da CUT?
- Como coordenar as ações sindicais no Estado, considerando a importância de fortalecer a solidariedade e a unidade da classe trabalhadora?
- Que pautas unificam os trabalhadores rurais e urbanos no Estado?
- Como desenvolver ações articuladas com os movimentos sociais?
- Como aprimorar o processo de eleição da Direção da Estadual, assegurando a representatividade dos sindicatos?



3.2 | ASSEMBLEIAS E PROPOSTAS PARA O 13º CONCURTO

2. Organização e funcionamento da Estadual da CUT

- Que mudanças precisam ser feitas na estrutura da Estadual da CUT, para representar os trabalhadores informais e precários que não estão organizados?
- Como redimensionar o tamanho da Direção e a estrutura da CUT Estadual diante das dificuldades que o movimento sindical vem enfrentando?
- O modelo de organização da CUT Estadual, que reproduz a estrutura da CUT Nacional, deve mantido ou é possível ser organizada por outra lógica, que dialogue com características da sua base sindical e territorial?

3. Financiamento

- As atuais fontes de financiamento da Estadual da CUT garantem sua organização e funcionamento?
- Quais as formas alternativas de financiamento que consideram viáveis para fortalecer o papel da Estadual no desenvolvimento das ações da CUT no estado?

3.2.6 - ENVIO DE PROPOSTAS PARA A CUT NACIONAL (ESTADUAIS)

ATENÇÃO! IMPORTANTE

É fundamental que as propostas aprovadas pelas Estaduais, sejam sistematizadas e enviadas à CUT Nacional para o e-mail **propostas13concut@cut.org.br**. Devem ser objetivas e sucintas, como no exemplo dado na página 37.





Formulário referente ao tópico 3.2

3.2.1 | PROPOSTAS APROVADAS NA ASSEMBLEIA DO **SINDICATO** PARA O 13º CONCURTO

Nome:	
Endereço:	
Registro Sindical:	

PROPOSTAS

Quem devemos representar?	
Como devemos nos organizar?	
Como deve ser o financiamento do sindicato?	

Data: ____/____/____

Secretário-geral ou dirigente responsável





Formulário referente ao tópico 3.2

3.2.4 | PROPOSTAS APROVADAS NO ENCONTRO DO RAMO PARA O 13º CONCURTO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Nome:	
Endereço:	

PROPOSTAS

Quem devemos representar?	
Como o ramo deve se organizar?	
Como deve ser o financiamento do ramo?	

Data: ____/____/____

Secretário-geral ou dirigente responsável



Formulário referente ao tópico 3.2

3.2.6 | PROPOSTAS DA ESTADUAL DA CUT PARA O 13º CONCURTO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Nome:	
Endereço:	

PROPOSTAS APROVADAS

1 - DEMOCRACIA E UNIDADE	
2 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESTADUAL	
3 - FINANCIAMENTO	
OUTRAS PROPOSTAS	

Data: ____/____/____

Secretário-geral ou dirigente responsável





Coordenação do 13º CONCURTO

Vice-Presidente | CARMEN HELENA FERREIRA FORO
Secretaria Geral | SÉRGIO APARECIDO NOBRE
Secretaria Geral Adjunta | MARIA APARECIDA A. G. FARIA
Secretaria de Administração e Finanças | QUINTINO MARQUES SEVERO
Secretaria de Relações Internacionais | ANTONIO DE LISBOA AMANCIO VALE
Secretaria de Formação | ROSANE BERTOTTI
Secretaria de Organização | ARI ALORALDO DO NASCIMENTO
Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos | JANDYRA MASSUE UEHARA ALVES
Secretaria de Combate ao Racismo-Adjunto | ROSANA FERNANDES
Secretaria Saúde do Trabalhador | Adjunto MARIA DE FATIMA VELOSO CUNHA
Dir. Executivo | MILTON DOS SANTOS REZENDE
Dir. Executivo | JULIO TURRA

Direção Executiva 2015-2019

Presidente | VAGNER FREITAS DE MORAES
Vice-Presidente | CARMEN HELENA FERREIRA FORO
Secretário-Geral | SÉRGIO APARECIDO NOBRE
Secretária-Geral Adjunta | MARIA APARECIDA A. G. FARIA
Secretário de Administração e Finanças | QUINTINO MARQUES SEVERO
Secretário-Adjunto de Administração e Finanças | APARECIDO DONIZETI DA SILVA
Secretário de Relações Internacionais | ANTONIO DE LISBOA AMANCIO VALE
Secretário-Adjunto de Relações Internacionais | ARIOLVALDO DE CAMARGO
Secretário de Assuntos Jurídicos | VALEIR ERTL
Secretária de Combate ao Racismo | MARIA JÚLIA REIS NOGUEIRA
Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo | ROSANA FERNANDES
Secretário de Comunicação | RONI ANDERSON BARBOSA
Secretário-Adjunto de Comunicação | ADMIRSON MEDEIROS FERRO JUNIOR (GREG)
Secretário de Cultura | JOSÉ CELESTINO LOURENÇO (TINO)
Secretária-Adjunta de Cultura | ANNYELI DAMIÃO NASCIMENTO
Secretária de Formação | ROSANE BERTOTTI
Secretária-Adjunta de Formação | SUELI VEIGA DE MELO
Secretária de Juventude | EDJANE RODRIGUES
Secretário de Meio Ambiente | DANIEL GAIO
Secretária de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais | JANESLEI ALBUQUERQUE
Secretária da Mulher Trabalhadora | JUNEIA BATISTA
Secretário de Organização e Política Sindical | ARI ALORALDO DO NASCIMENTO
Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical | EDUARDO GUTERRA
Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos | JANDYRA UEHARA
Secretária de Relações de Trabalho | MARIA DAS GRAÇAS COSTA
Secretário-Adjunto de Relações Trabalho | PEDRO ARMENGOL DE SOUZA
Secretária de Saúde do Trabalhador | MADALENA MARGARIDA DA SILVA
Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador | MARIA DE FÁTIMA VELOSO CUNHA

Diretoras e Diretores Executivos

Ângela Maria de Melo
Cláudio da Silva Gomes
Elisângela dos Santos Araújo
Francisca Trajano dos Santos
Ismael José Cesar
José de Ribamar Barroso
Juliana Salles de Carvalho
Julio Turra Filho
Juvândia Moreira Leite
Mara Feltes
Marcelo Fiorio
Maria Izabel Noronha - Bebel
Milton dos Santos Rezende
Rogério Pantoja
Virginia Berriel
Vitor Carvalho

Conselho Fiscal - Efetivo

Adriana Maria Antunes
Dulce Rodrigues Sena Mendonça
Francisco Chagas (Chicão)
Jose Mandu Amorim
Conselho Fiscal - Suplentes
Amanda Corcino
Juseleno Anacleto
Nelson Morelli
Raimunda Audinete de Araújo



Rua Caetano Pinto, 575

Brás • São Paulo-SP

CEP 03041-000

Fone: (0xx11) 2108-9200

Fax: (0xx11) 2108-9310

www.cut.org.br

